

devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.10 Empréstimos e Financiamentos** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **2.11 Provisões** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança. **2.12 Parcelamento tributário** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. **2.13 Capital social** As ações preferenciais e as ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.14 Reconhecimento da receita** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido entregues no local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado. Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. **3 Estimativas e julgamentos contábeis** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Vida útil dos bens do ativo imobilizado** Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, pela administração, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **(b) Imposto de renda e contribuição social** A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **4 Gestão do risco financeiro 4.1 Fatores de risco financeiro** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios de 2013 e de 2012, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos. A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor Financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. **(a) Risco de mercado** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **(b) Risco de liquidez** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **4.2 Gestão de capital** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

5 Instrumentos financeiros por categorias

	2013	2012
Empréstimos e recebíveis		
Cx. e equiv. de caixa	30.019	26.305
Cont. a rec. de clientes	5.476	6.170
	35.495	32.475
Outros passivos financeiros		
Emprest. e financ.	(389)	(699)
Fornecedores	(540)	(323)
	(929)	(1.022)

7 Contas a Receber de Clientes

	2013	2012
Clientes Nacionais	5.476	6.274
(-) Prov. para cred. de Liq. duvid.		(105)
	5.476	6.170
8 Estoques	2013	2012
Mat.-prima e embalagens	1.156	713
Prod. em elab.	85	85
Prod. Acabados	25	2
	1.266	800

9. Tributos a Recuperar

	2013	2012
Imp. sobre prod. Indust. - IPI	2.592	2.352
Imp. de Renda Ret. na fonte - IRRF	199	81
Imp. sobre a circ. de merc. e serv.- ICMS-a rec.	779	825
Outros	61	
	3.631	3.258

11 Imobilizado

	Terrenos	Edif. e Benf.	Maq., equip. e inst.	Veículos	Mov. e Utens.	Equip. de Inform.	Obras em And.	Total
Custos								
Em 31/12/12	408	4.436	6.552	1.748	180	161	1.570	15.056
Adições	-	43	323	-	7	1	495	868
Baixas	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Em 31/12/13	408	4.479	6.875	1.748	186	162	2.056	15.916
Deprec. acumulada								
Em 31/12/2012	-	(3.335)	(3.653)	(907)	(100)	(117)	-	(8.112)
Adições	-	(192)	(325)	(325)	(11)	(14)	-	(868)
Em 31/12/13	-	(3.528)	(3.978)	(1.232)	(111)	(131)	-	(8.980)
Valor Contábil								
Em 31/12/2012	408	1.101	2.899	841	80	44	1.570	6.944
Em 31/12/2013	408	951	2.897	516	75	31	2.056	6.936

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Rec. em b/cse em cx. (i)	100	603
Aplic. Financeiras (ii)	29.920	25.702
	30.019	26.305

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das vendas" totalizou R\$ 17.030 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 31.445).

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) As aplicações financeiras estão indexadas pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa sem penalidade de juros, e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

10. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Industrias Reunidas Raymundo da Fonte S/A., com 100% das Ações.

(a) Transações com partes relacionadas

	2013	2012
Ativos Mútuo com a Industrias Reunidas Raymundo da Fonte S/A.	1.054	385
	1.054	385
Passivo Mútuo com a Industrias Reunidas Raymundo da Fonte S/A.	682	670
	682	670

12 Empréstimos e financiamentos

Os contratos com o Banco Itaú BBA S.A. são representados por financiamentos relativos à Cédula de Crédito Bancário e destinam-se à aquisição de veículos (caminhão e carro - cerias). Os prazos de financiamento variam de 50 a 60 (-) meses e os vencimentos ocorrerão no ano de 2015. Os Não circulante 80 390 contratos de financiamento não possuem cláusulas restritivas. Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos próprios bens os quais deram origem ao financiamento e aval dos sócios, respectivamente. Os montantes de não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2013	2012
2014	309	309
2015	80	81
	389	390

13 Parcelamento de tributos

	2013	2012
Parcelamento de tributos - Lei 11.941/2009	794	1.539
(-) Circulante	(794)	(840)
Não circulante		699

Seguindo orientação dos seus assessores jurídicos, a Companhia aderiu, no exercício de 2009, no qual puderam ser incluídos e consolidados, com redução das multas e juros, os débitos tributários que compõem o processo administrativo e judiciais em discussão com a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB. A Companhia teve aceito o pedido de consolidação do Parcelamento de Dividas Tributarias pela Receita Federal do Brasil em 22/07/2011, parcelado em 40 meses.

14 Patrimônio líquido (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social esta representado por 1.000.000 Ações de classe "A" e sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ord.	Ações Pref.	Total de Ações
Industrias Reunidas Raymundo da Fonte S/A.	580.361	419.639	1.000.000
	580.361	419.639	1.000.000

20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(c) Reserva de incentivos fiscais** A Companhia por meio de sua unidade instalada no estado do Pará é beneficiária de incentivo fiscal correspondente a credito presumido de 48% do ICMS devido sobre o volume de vendas de agua sanitária e vinagre, aprovados pelo Decreto nº 59, de 13 de março de 2007, e de incentivo fiscal que se constitui em redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, para os anos fiscais de 2005 a 2013, calculados sobre o lucro da exploração dos produtos agua sanitária e vinagre fabricados em sua unidade industrial no estado do Pará. Conforme as praticas contábeis vigentes, as reduções e/ou isenções relativas às subvenções e assistências e são lançadas no resultado do exercício e, posteriormente, transferidas de lucros acumulados para a reserva de incentivos fiscal. **(d) Dividendos** A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, esta abaixo demonstrada:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	5.268	7.674
Reservas de incentivos fiscais	(1.770)	(1.492)
Constituição da reserva legal (5%)	(175)	(384)
Base de cálculo dos dividendos	3.323	5.798
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	831	1.449
	831	1.449
Porcentagem sobre o Lucro líquido do exercício	15,77%	18,88%

Raymundo Luiz Cavalcanti da Fonte Diretor Presidente Célia da Fonte Longman Diretora Superintendente Henrique Andrade Lima da Fonte Diretor Executivo Alexandre Andrade Lima da Fonte Diretor Executivo Leonardo Andrade Lima da Fonte Diretor Executivo Hisbelo de Andrade Lima Neto Diretor Executivo CONTADOR: Erivaldo Fernandes de Melo Técnico Contabilidade CRC 12.634